



Agaciel Maia (E) e Garibaldi Alves assistem à apresentação de Tico da Costa, brasileiro que já gravou seis discos na Itália e cinco nos Estados Unidos

Ciclo de *shows* homenageia a Bossa Nova

O Senado foi palco de homenagem à Bossa Nova em *show* do potiguar Tico da Costa, que abriu ontem a programação do Ano Cultural Artur da Távola. **3**

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XIV – Nº 2.852 – Brasília, terça-feira, 5 de agosto de 2008

Garibaldi tenta definir hoje pauta de votações

Presidente do Senado discute agenda do período pré-eleitoral com líderes partidários e dirigentes de comissões

Garibaldi Alves deve propor, na reunião de hoje, a realização de sessões deliberativas durante três semanas em agosto e duas semanas em setembro, visando conciliar as atividades parlamentares com as eleições de outubro. O presidente do Senado frisa, porém, que qualquer decisão nesse sentido terá de contar com o aval dos líderes partidários, que deverão definir também quais os projetos prioritários para votação. Garibaldi antecipou que solicitará aos líderes apoio ao destrancamento da pauta, obstruída por três medidas provisórias. Observou que a votação de matérias polêmicas, como a redução da maioria penal – que se encontra na Comissão de Justiça para análise de emendas –, “depende muito” da disposição dos líderes. **3**

Azeredo defende projeto sobre crimes na internet

Proposta que retornou à Câmara busca dar mais segurança ao “bom usuário” de computador e cercear atividades criminosas como a pedofilia, diz senador. **7**

Simon questiona imunidade de escritórios

Projeto deve ser vetado pelo presidente da República e debatido com profundidade pelo Congresso Nacional, segundo a opinião de Pedro Simon. **2**

Três anos de prisão para acusado que mentir a CPI

Comissão de Justiça deve examinar amanhã projeto da CPI Mista dos Correios que estabelece pena para o investigado que fizer afirmação falsa. **4**



Mesmo ocupando elevados cargos, Josué não se esquecia de visitar o manguue

O homem que queria acabar com a fome do mundo

O brasileiro Josué de Castro ousou sonhar um mundo sem fome e escreveu livros que ainda hoje são referência no debate sobre o assunto. O autor de *Geografia da fome*, traduzido para 25 idiomas, receberá uma série de homenagens póstumas no Senado, por ocasião do centenário de seu nascimento. Exilado em Paris durante o regime militar, Josué de Castro morreu em 1973. **5**

Um mal sem fim

Em 1974, um ano após a morte de Josué de Castro, a Conferência Mundial sobre a Alimentação fixava a meta de eliminar a fome no mundo até 1984.

A previsão não se cumpriu: em 2007, a fome atingia **840 milhões de pessoas** em todo o planeta, conforme dados da Organização das Nações Unidas (ONU).

Ainda segundo a ONU, **24 mil pessoas** morrem diariamente em decorrência da **fome** e outras **100 mil** devido a causas relacionadas com a **desnutrição**.



Projeto que cria inviolabilidade de escritórios de advocacia deve ser vetado pelo presidente da República, segundo afirma senador em discurso no Plenário

Simon cobra debate sobre imunidade de escritórios

NA OPINIÃO DO senador Pedro Simon (PMDB-RS), o projeto (PLC 36/06) aprovado no Congresso Nacional que cria a inviolabilidade dos escritórios de advocacia deve ser vetado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e debatido com profundidade pelos parlamentares.

– Nem ouvi falar nesse projeto, não sabia que estava tramitando e não sabia que tinha sido votado – afirmou ontem em discurso.

Para Simon, “não há argumento que diga que houve debate e discussão” a respeito do tema, cuja votação ocorreu “incrivelmente sem a seriedade que merecia”. Ele também pediu limites aos acordos de líderes para a votação de proposições, ainda que reconheça a necessidade desses acordos, já que o Senado “quase não vota por viver com a pauta trancada por medidas provisórias”.

A matéria, de autoria do deputado Michel Temer, foi aprovada no dia 9 de julho em Plenário, com relatório do senador Valter Pereira (PMDB-MS).



Pedro Simon afirma que desconhecia votação de projeto pelo Senado

Ela altera o Estatuto da Advocacia (Lei 8.906/94), reforçando a inviolabilidade dos locais de trabalho e instrumentos profissionais dos advogados.

Restrição

A nova redação do dispositivo somente permite a busca e apreensão nos escritórios quando o advogado for o acusado do crime, impedindo que as informações colhidas na diligência

sejam utilizadas contra clientes do profissional.

Eduardo Suplicy (PT-SP), em aparte ao discurso de Pedro Simon, sugeriu que, caso a proposta seja vetada pelo presidente Lula, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, deve convocar o Congresso para realizar um “debate de profundidade” e decidir pela manutenção do veto presidencial ou não. Simon apoiou a sugestão.

Tarso Genro ignora Lei da Anistia, diz Dornelles

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) criticou ontem a iniciativa do ministro da Justiça, Tarso Genro, de sugerir punições aos militares que na época da ditadura torturaram presos políticos. Em debate público e declarações à imprensa na semana passada, Tarso Genro afirmou que essas práticas constituem crimes comuns, e não crimes políticos, e por isso seus autores não podem ser beneficiados pela Lei da Anistia, promulgada em 1979.

– Vejo com espanto a proposta do ministro Tarso Genro de reabrir feridas políticas pratica-



Dornelles: “Esta postura reabre feridas e nada constrói”

mente cicatrizadas. Qual a razão para ignorar a Lei da Anistia? O que se ganha com essa decisão? – questionou Francisco Dornelles.

O parlamentar mencionou a postura do então candidato à

Presidência, Tancredo Neves, que prometeu ao presidente da época, general João Batista Figueiredo, fazer uma campanha de alto nível, para “construir o futuro e não reviver o passado”, e a do ex-presidente José Sarney, o qual assumiu o cargo com a morte de Tancredo Neves, e que, em sua opinião, venceu obstáculos complexos, consolidou o regime de abertura política e a democracia no país.

– Essa postura reabre feridas, nada constrói e só desunião pode criar. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deveria deixar claro que essa proposta tem caráter estritamente pessoal e não reflete a opinião do governo – sugeriu ainda Dornelles.

Livro mostra influência dos engenhos em Alagoas

De autoria dos pesquisadores Douglas Apratto Tenório e Cármen Lúcia Dantas, será lançado amanhã, às 18h30, na Biblioteca Luiz Viana Filho, o livro *Caminhos do açúcar – Engenhos e casas-grandes das Alagoas*. Além dos autores, já confirmaram presença no lançamento o presidente do Senado, Garibaldi Alves, e o governador de Alagoas, Teotônio Vilela Filho.

O livro integra a coleção Edições do Senado Federal, série

publicada pelo Conselho Editorial da Casa, e dá continuidade à idéia de preservar o acervo histórico e artístico de Alagoas – a mesma coleção já conta com os títulos *ABC das Alagoas*, *Dicionário bibliográfico, histórico e geográfico de Alagoas*, de Francisco Reinaldo de Barros, e *Arte sacra em Alagoas – Um tesouro para a memória*, de Douglas Apratto Tenório, Cármen Lúcia Dantas e Leda de Almeida.

Por meio de um trabalho de

pesquisa sobre as atividades nos engenhos, a vida nas casas-grandes e as manifestações culturais surgidas em torno da monocultura da cana-de-açúcar no Brasil Colônia, *Caminhos do açúcar* demonstra, em 133 páginas, que uma parte da história de Alagoas ficou condicionada à produção nos engenhos.

A programação visual do livro foi feita por Werner Salles e as ilustrações são de Weber Bagetti.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem pauta trancada por três MPs

Às 14h tem início a sessão deliberativa. A pauta está trancada por três projetos de lei de conversão de MPs. O primeiro é o PLV 18/08, que acrescenta novas ferrovias ao Plano Nacional de Viação e amplia o traçado de outras já existentes.



Garibaldi recebe Reis Veloso e Aspásia

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, recebe às 10h30 a vereadora do Rio de Janeiro Aspásia Camargo; às 11h15 recebe o ex-ministro João Paulo dos Reis Veloso; às 14h30 participa da reunião dos líderes partidários, para definição das matérias que deverão integrar a pauta de votações neste semestre; e às 16h preside a ordem do dia.

Mudanças no Código de Processo Penal em estudo

Reúne-se, às 9h, a Comissão de Juristas criada para apresentar um anteprojeto de lei com sugestões de alterações no Código de Processo Penal (Decreto-Lei 3.689/41), sob a coordenação do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Hamilton Carvalhido.

Na CAE, projetos e programações monetárias

Reunião, às 10h, da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para votar 12 projetos e duas mensagens com as programações monetárias para o 2º e o 3º trimestres de 2008. Entre os projetos, o que isenta produtos escolares do IPI e concede outras reduções de tributos.

Frequência mínima no ensino superior

Às 11h, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) inicia reunião para analisar 18 proposições. O primeiro item da pauta altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), para definir a frequência mínima exigida para aprovação na educação

superior. Outro projeto em pauta determina que os royalties recebidos por estados e municípios, pela exploração de petróleo, sejam aplicados exclusivamente em ações e programas públicos de educação de base e de ciência e tecnologia.

Atendimento personalizado a consumidores

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) se reúne às 11h30 para votar dez proposições. Entre os itens em pauta encontra-se o projeto que garante aos consumidores serviços de atendimento personalizado por meios eletrônicos, como os *call centers*, o correio de voz e a internet.

Palestra no Unilegis sobre como enfrentar crise de credibilidade

A Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) promove no dia 2 de setembro a palestra “Imagem e Ética na Era Digital”, que será apresentada pelos jornalistas Mário Rosa e Antônio Carlos Burity, que é também professor da Unilegis. Trata-se de um encontro promovido no âmbito do Ciclo de Conferências Unilegis. De acordo com a universidade, o objetivo é discutir o gerenciamento de crises provocadas pela intensa circulação de informações proporcionada pela era digital que chegam a provocar, em alguns casos, a perda de credibilidade de pessoas e instituições perante a opinião pública.

O jornalista Mário Rosa presta

consultoria de imagem e atua com a recuperação de reputações abaladas por escândalos. Para ele, todos estão sujeitos a “abalos” na credibilidade. Diretor da empresa MR Consultoria, Mário Rosa foi editor da revista *Veja*, recebeu duas vezes o Prêmio Esso de Jornalismo e é autor dos livros *A Era do escândalo* (Geração Editorial; 2003; 527 páginas) e *A síndrome de Aquiles – Como lidar com as crises de imagem* (Gente; 2001; 247 páginas).

O livro *A era do escândalo* relata bastidores de dez escândalos, entre eles a queda do avião da TAM em 1996, o apagão de 2001 e a criação de algumas CPLs.

Presidente do Senado sugere a líderes partidários que a Casa concentre as sessões deliberativas em três semanas de agosto e duas de setembro

Garibaldi quer definir hoje agenda de votação

EM ENTREVISTA À imprensa concedida ontem, o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, sugeriu que haja sessões deliberativas durante três semanas em agosto e duas semanas no mês de setembro, como forma de conciliar as atividades parlamentares com as eleições municipais de outubro. A proposta será apresentada em reunião dos líderes partidários no dia de hoje, quando será definida a pauta de votações do segundo semestre. O senador informou que também convidou para a reunião de líderes os presidentes de todas as comissões do Senado.

Garibaldi explicou que o ideal seria que o Senado não deliberasse na terceira semana de agosto e nas duas últimas semanas de setembro. No entanto, frisou que qualquer decisão nesse sentido terá de contar com o aval dos líderes partidários, que também deverão decidir quais os projetos prioritários para votação.

– Eu preciso ouvir os líderes e, claro, como é praxe na Casa, só tomaremos a decisão depois de ouvi-los. Não acredito que eu obtenha unanimidade, e nem mesmo que a minha proposta seja vitoriosa. Eu acho essa pro-

posta razoável dentro do objetivo de compatibilização – disse Garibaldi, ao chegar ao Senado no início da tarde.

Durante a reunião, o senador afirmou que fará uma solicitação aos líderes no sentido de destrancar a pauta “o mais urgentemente possível”. A pauta encontra-se trancada por três medidas provisórias (MPs), transformadas em projetos de lei de conversão (PLVs) com prioridade nas votações de Plenário.

O PLV 18/08, proveniente da MP 427/08, acrescenta novas ferrovias ao Plano Nacional de Viação (PNV) e amplia o traçado de outras já existentes. O PLV 19/08, oriundo da MP 428/08, altera a legislação tributária federal para implementar um conjunto de medidas para a política de desenvolvimento do país. E o PLV 20/08, originário da MP 429/08, autoriza a União a participar do Fundo de Garantia para a Construção Naval (FGCN).

Garibaldi frisou que fica difícil antecipar a pauta de votações sem ouvir os demais senadores, mas ressaltou que a votação de matérias polêmicas, como a redução da maioria penal – que se encontra na Comis-



Acordo sugerido por Garibaldi (D) pode viabilizar votações em Plenário

são de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para análise de emendas apresentadas ao projeto –, “depende muito” da disposição dos líderes.

– Quando há acordo de lideranças, os projetos caminham rapidamente para votação, determinados prazos são deixados de lado porque há um acordo. Se conseguirmos consenso, tudo bem. Com matéria polêmica é outra história, é matéria que não obtém acordo, é matéria que sofre obstrução, que vai para prolongado debate – disse o presidente do Senado.

Com relação à adoção de novas alíquotas do Imposto de Renda, que seria defendida pela nova secretária da Receita Federal, Lina Maria Vieira, Garibaldi assinalou que há espaço para discussão da proposta neste segundo semestre.

– O bom mesmo é que votássemos a reforma tributária e não ficassemos votando propostas isoladas. Não conheço a proposta, penso que ela não divulgou os termos da proposta. Acho que ela está preocupada em corrigir alguma distorção. Eu preferia que fosse votado den-



tro da reforma tributária. Mas pode ser que o assunto tenha urgência. Vamos aguardar a divulgação – concluiu Garibaldi.

Eventos comemoram centenário de Guimarães Rosa

Começa hoje, dentro da programação do Ano Cultural do Senado, a Semana Guimarães Rosa, com uma série de eventos em comemoração aos 100 anos de nascimento do escritor. Faz parte da semana a Exposição Guimarães Rosa (de 5 a 15 de agosto), que contará com material cedido pela Academia Brasileira de Letras (ABL). Também hoje haverá o lançamento do *Dicionário Guimarães Rosa*, elaborado por Luiz Coronel, e será realizado o Painel Guimarães Rosa, no auditório do Interlegis, quando estudiosos discutirão a vida e obra do escritor.

João Guimarães Rosa nasceu em 27 de junho de 1908, em Cordisburgo (MG). Após a publicação do seu primeiro livro – *Sagarana*, em 1946 –, o escritor mineiro foi prontamente reconhecido como um dos talentos mais robustos já surgidos no panorama das letras brasileiras. O crítico Álvaro Lins diria, do impacto causado por *Sagarana*: “De repente chegamos o volume, e é uma grande obra que amplia o território cultural de uma literatura, que lhe acrescenta alguma coisa de novo e insubstituível”.

De fato, Guimarães Rosa começou a escrever quando ainda era bastante jovem, mas só publicou seus livros bem mais tarde. O primeiro que escreveu data de 1936. Trata-se de um volume de poesias – *Magma* –, que mereceu elogios e ganhou o 1º prêmio do Concurso de Poesia de 1936, promovido pela Academia Brasileira de Letras, permanecendo inédito até 1997.

Ano de ouro

Pelo número de grandes obras editadas naquele ano, 1956 é tido

como “Ano de Ouro” da literatura brasileira. *O Encontro Marcado*, de Fernando Sabino; *Doramundo*, de Geraldo Ferraz; *Vila dos Confins*, de Mário Palmério; e *O Tronco*, de Bernardo Élis, integram esse momento favorável para a ficção no Brasil. Porém, foram os lançamentos – e a avassaladora repercussão – de *Corpo de Baile* e, sobretudo, de *Grande Sertão: Veredas* que viriam a coroar o ano de 1956 como um marco da criação literária em



Memória de Guimarães Rosa é celebrada hoje com lançamento de dicionário e painel

nosso país.

Os dois volumes “causaram surpresa, espanto, entusiasmo, incompreensão, censuras e condenações”, de acordo com Alaor Barbosa, autor de *Sinfonia Minas Gerais – a Vida e a Literatura de João Guimarães Rosa*. O escritor Adonias Filho (*Corpo Vivo, O Forte*), por exemplo, classificou *Grande Sertão: Veredas* como “um equívoco”. Já o conceituado crítico Sérgio Milliet expressou opinião oposta: “É, sem dúvida alguma, o nosso grande acontecimento lite-

rário e lingüístico do século”.

Grande Sertão: Veredas se diferenciava radicalmente do modelo consagrado pela literatura que vinha sendo praticado no Brasil. A partir do grande sucesso obtido pelos escritores da escola regionalista, que tinha entre seus representantes nomes como o de José Lins do Rego, Rachel de Queiroz e Graciliano Ramos, desenvolveu-se no Brasil um padrão literário dentro dos padrões do realismo social. As inovações lingüísticas empregadas por Guimarães Rosa foram o principal motivo para a crítica e os leitores se dividiram entre louvações e ataques ferozes. Isso, porém, não impediu que, mais tarde, o livro corresse mundo e fizesse do seu autor um verdadeiro “caso” nacional.

João Guimarães Rosa morreu no dia 19 de novembro de 1967, três dias depois de tomar posse na Academia Brasileira de Letras. Estava com 59 anos e havia adiado por várias vezes a data da cerimônia na ABL.

Judeus

Em 1938, quatro anos depois de ter sido aprovado no concurso para o Itamaraty, o diplomata Guimarães Rosa foi designado, na condição de cônsul-adjunto, para cumprir missão em Hamburgo, na Alemanha. Foi lá que Guimarães Rosa conheceu Aracy, funcionária do consulado que seria sua segunda mulher. Auxiliado por ela, o escritor se empenhou no salvamento de judeus, fornecendo passaportes para que fugissem da Alemanha nazista.

O episódio foi relatado pelo escritor mineiro em um diário íntimo escrito entre 1939 e 1941.

Tico da Costa abre ciclo de homenagem à Bossa Nova

O auditório Antonio Carlos Magalhães, do Interlegis, transformou-se no início da noite de ontem em palco de uma homenagem à Bossa Nova na voz do cantor potiguar Tico da Costa, como parte da programação do Ano Cultural Artur da Távola, promovido pelo Senado. O cantor, que se apresentou recentemente na Plaza de la Mercè em Barcelona (Espanha), com um karaokê de Bossa Nova, está entre os artistas brasileiros que fazem mais sucesso no exterior que em seu país. O cantor gravou seis discos na Itália e cinco nos Estados Unidos.

A escolha de 2008 como Ano Cultural do Senado – que tem o ex-senador Artur da Távola como homenageado – foi proposta do senador Demostenes Torres (DEM-GO), e recebeu apoio do presidente da Casa, Garibaldi Alves Filho, que esteve presente à apresentação.

Palcos do mundo

O músico Tico da Costa aprendeu a tocar violão no Beco da Galinha Morta, em Areia Branca, no Rio Grande do Norte, tendo se apresentado em um dos principais palcos do mundo: o Blue Note Jazz Club New York. É admirado por personalidades do mundo artístico do porte de Philip Glass (considerado criador do minimalismo, estilo musical de extrema concisão) e Pete Seeger (cantor que exportou a música cubana Guantanamera), com os quais já se apresentou, além da cineasta italiana Lina Wertmüller, do diretor de teatro Gerald Thomas, do violonista Turíbio Santos e do artista plástico Carybé. Até o jornal *The New York Times*, de Nova York, EUA, reconheceu seu talento, com uma crítica favorável ao cantor, publicada em agosto de 1996.

Próximas atrações

As cantoras Ângela Brandão e Vanessa Pinheiro, além do cantor Toninho de Paula, servidores do Senado, também farão *shows* celebrando a Bossa Nova entre os dias 12 e 14 de agosto.

Ainda neste mês, dentro da programação do Ano Cultural, será comemorado o centenário de nascimento do escritor Guimarães Rosa e haverá um painel sobre 1968, ano politicamente conturbado em todo o mundo e que foi profundamente marcado por uma revolução nos costumes. No Brasil, ocorreu no período mais acirrado da ditadura militar.



Projeto que modifica a LRF será debatido em audiência pública na Comissão de Justiça

Alterações na Lei de Responsabilidade Fiscal?

Está marcada para o próximo dia 13, a partir das 14h, audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para debater a intenção do governo federal de flexibilizar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Considerada polêmica, a proposta, prevista em projeto de lei complementar (PLC 92/08), tem por meta restringir as punições apenas ao órgão ou Poder que não cumprir seus respectivos limites de gastos com pessoal.

De acordo com a LRF (Lei 101/00), que estabelece normas

de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, a União, os estados, os municípios e o Distrito Federal são impedidos de realizar operações de crédito quando um órgão ou Poder não cumpre os limites com gastos com pessoal. Quer dizer: todo estado ou município, por exemplo, estará sujeito a sofrer punição quando um de seus órgãos não obedecer os limites com gastos com pessoal (60% da receita corrente líquida), mesmo que no conjunto da administração o limite total da despesa esteja

sendo observado.

Pela LRF, o ente federativo também é impedido de obter garantia, direta ou indireta, de outro ente e de receber transferências voluntárias.

Foram convidados para participar dos debates na CCJ os governadores do Espírito Santo, Paulo Hartung, e de Sergipe, Marcelo Deda. Também fazem parte da lista de convidados o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega; o presidente do Ipea, Marcio Pochmann; e o ex-presidente do Banco Central Affonso Celso Pastore.

Quem mentir a CPI poderá ser condenado a três anos

Projeto apresentado pela CPI dos Correios está na pauta de amanhã da Comissão de Justiça, juntamente com proposta que abre sigilos de todos os servidores públicos

O CONVOCADO POR comissões parlamentares de inquérito que mentir ou não responder às perguntas formuladas pelos parlamentares durante depoimento ao colegiado poderá ser condenado a até três anos de reclusão. A medida consta de projeto apresentado pela CPI Mista dos Correios que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e poderá ser votado em reunião prevista para amanhã, às 10h.

A proposição (PLS 226/06) altera ainda o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40) para criminalizar quem fizer afirmação falsa também em inquérito civil e administrativo. De acordo com a legislação vigente, tais atitudes já são consideradas crime quando praticadas em processos judiciais e inquéritos policiais.

Favorável ao projeto, Alvaro Dias (PSDB-PR), relator da matéria na CCJ, afirma que muitos investigados pelas CPIs adotam o silêncio ou a mentira "como estratégia de defesa, até porque isso não constitui crime", referindo-se ao fato de as condutas não estarem tipificadas na legislação brasileira. Para o senador, o direito constitucional ao silêncio e o princípio da presunção de inocência, segundo o qual ninguém é obrigado a produzir prova contra si mesmo, não devem permitir que acusados "criem versões falsas com o intuito de dificultar as investigações".

– A experiência das CPIs no

Congresso mostra que existe muita dificuldade em apurar a verdade em razão desses artifícios que são utilizados constantemente, sobretudo o artifício da mentira. Temos que trabalhar para a modernização da legislação, para dificultar a utilização dessa arma, frequentemente usada por criminosos e corruptos – frisou Alvaro Dias durante debate da matéria em reunião da Comissão de Justiça realizada em julho.

Na mesma reunião, Eduardo Suplicy (PT-SP) ponderou que a criação de mecanismo legal para incentivar a obtenção da verdade não pode ferir direitos assegurados pela Constituição. Frente a tal preocupação, Suplicy e os senadores Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) e Ideli Salvatti (PT-SC) encaminharam pedido de vista da matéria, concedido pelo presidente do colegiado, senador Marco Maciel (DEM-PE). O projeto volta à agenda da CCJ amanhã e, após votação, segue para deliberação pelo Plenário.

Algemas

Também consta da pauta da comissão, formada por 22 itens, substitutivo do senador José Maranhão (PMDB-PB) a projeto de Demostenes Torres (DEM-GO) que regulamenta o emprego de algemas (PLS 185/04). Ao propor alterações ao texto, o relator buscou detalhar as situações nas quais o uso da contenção é autorizado – flagrante delito,

transporte, condução e transferência de presos.

No substitutivo, José Maranhão veda o uso de algemas por tempo excessivo e como forma de castigo, mantendo a proibição do uso do instrumento quando o investigado se apresentar espontaneamente à autoridade policial ou judicial, prevista no projeto de Demostenes Torres.

Em casos de prisão em flagrante ou por determinação judicial, a proposta permite o uso de algemas quando houver resistência ou tentativa de fuga do acusado. O projeto terá decisão terminativa na CCJ.

Fim de sigilos

Consta ainda da agenda do colegiado substitutivo do senador Pedro Simon (PMDB-RS) à Proposta de Emenda à Constituição 47/05, que abre os sigilos bancário e fiscal de todos os servidores públicos. De autoria de Cristovam Buarque (PDT-DF) e também assinada por outros 27 senadores, a PEC previa a suspensão de sigilos apenas para ocupantes de funções de confiança e cargos em comissão.

Conforme Simon, a mudança sugerida por ele representa uma contribuição à intenção legislativa de conferir maior transparência à gestão de recursos públicos e mais agilidade na investigação de possíveis desvios. A proposta segue para Plenário, após votação na Comissão de Justiça.



Comissão de Assuntos Econômicos reúne-se hoje para analisar pauta de 15 itens

Estímulo à inclusão digital em pequenas localidades

As tarifas telefônicas interurbanas para provedores de acesso à internet em municípios não-servidos por esse serviço poderão ficar mais baratas. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa na reunião de hoje, entre os 15 itens que constam da pauta de votações, projeto de lei de Romero Jucá (PMDB-RR) que determina a aplicação da menor tarifa cobrada pelas prestadoras de serviços de telecomunicações para ligações locais, quando efetuadas a partir de terminais fixos e se destinarem a provedoras de acesso à rede mundial de computadores.

Para que não restem dúvidas sobre o valor da menor tarifa, o projeto (PLS 317/05) determina ainda que o valor pago será estipulado com base em todos os planos de serviços, básicos ou alternativos, independentemente das condições e requisitos de participação ou das regras do plano e levando em conta ainda quaisquer descontos oferecidos pela operadora.

Segundo Jucá, o objetivo da proposta é viabilizar a inclusão digital nas pequenas localidades e propiciar a interação dessas comunidades com o resto do mundo nas mesmas condições de que gozam os moradores dos grandes centros urbanos. O projeto já foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O relator na CAE é Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Isenções

A CAE também analisa hoje, em decisão terminativa, proje-

to de José Agripino (DEM-RN) que isenta do pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) vários produtos escolares. A proposta ainda estabelece alíquota zero na contribuição para os programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), bem como na Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre a importação e as receitas decorrentes da venda desses produtos (PLS 160/07).

Está também na pauta da CAE, para ser votado em decisão terminativa, projeto de lei do então senador Marcos Guerra – 1º suplente de Gerson Camata (PMDB-ES) – que estende aos representantes comerciais com no mínimo três anos de exercício ininterrupto da atividade a isenção do IPI na aquisição de automóveis (PLS 182/06).

Balanco Social

Outra matéria que está na pauta da CAE é o substitutivo da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ao projeto da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) que institui o Balanço Social Empresarial, por meio do qual as empresas deverão divulgar os benefícios sociais gerados para a comunidade.

O projeto (PLS 224/07), já aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), na forma do mesmo substitutivo, institui ainda o Selo Empresa Responsável, que deverá ser concedido aos empreendimentos que publicarem o Balanço Social.



Comissão parlamentar mista de inquérito apresentou o projeto, que visa garantir mais eficiência ao trabalho das CPIs

Proposta já se encontra na Câmara e deve abranger 2,8 milhões de contratos, envolvendo até R\$ 75 bilhões em saldo devedor. Senador quer beneficiar produtores que perderam safras em decorrência de doenças agrícolas

Raupp elogia MP que estabelece regras para renegociação de dívida do campo

O SENADOR VALDIR Raupp (PMDB-RO) classificou ontem como "muito bem-vinda" a Medida Provisória (MP) 432/08, que estabelece regras para a renegociação das dívidas agrícolas e deve ser votada em breve pela Câmara dos Deputados. A matéria virá em seguida para o Senado, onde será "aperfeiçoada", de acordo com as palavras do parlamentar rondoniense.

Pela proposta do governo, serão 2,8 milhões de contratos renegociados, envolvendo R\$ 75 bilhões em saldo devedor, quantia significativa, no entender do senador, levando-se em consideração que a dívida total do setor está calculada em R\$ 87,5 bilhões. A MP facilita a adimplência; reduz encargos incidentes sobre o saldo devedor; aplica descontos; amplia prazos; reduz taxas de juros; e concede tratamento diferenciado para alguns municípios.

– Estou convencido de que esta medida, além de garantir o retorno de recursos públicos concedidos por meio de empréstimos, vai também, ao reduzir o grau de endividamento dos produtores, contribuir decisivamente para a recuperação da renda do setor agrícola e, conseqüentemente, para a capacidade de investimento dos produtores rurais em todo o país – enfatizou Valdir Raupp.

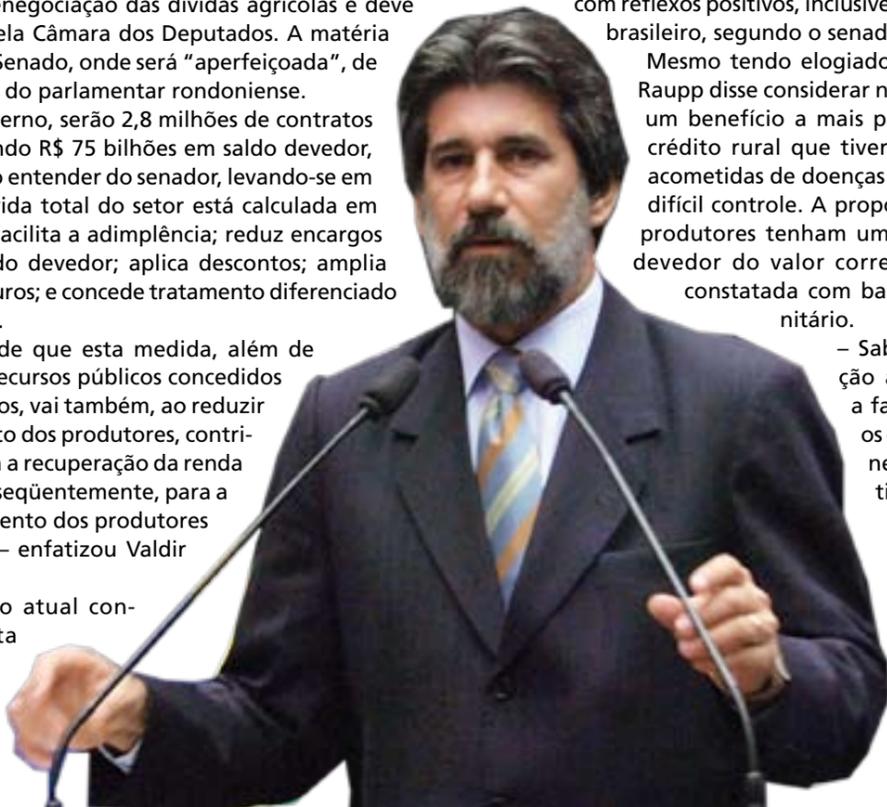
Ele observou que no atual contexto mundial, de alta demanda por produtos agrícolas e de escassez de alimentos em todo o mundo, o impulso à produção nacional

ganha um sentido especialmente estratégico. Um impulso extra à produção vai gerar um retorno "mais do que proporcional", com reflexos positivos, inclusive no comércio externo brasileiro, segundo o senador.

Mesmo tendo elogiado o conteúdo da MP, Raupp disse considerar necessário acrescentar um benefício a mais para os mutuários de crédito rural que tiveram as suas lavouras acometidas de doenças desconhecidas ou de difícil controle. A proposta dele é que esses produtores tenham uma dedução no saldo devedor do valor correspondente à perda constatada com base em laudo fitossanitário.

– Sabemos que a produção agrícola está sujeita a fatores externos sobre os quais temos pouco ou nenhum controle – justificou o parlamentar.

Valdir Raupp acha que MP terá força e vai reduzir endividamento dos produtores rurais



Maldaner sugere nova ação contra subsídio agrícola

Ao discursar no Plenário ontem, Casildo Maldaner (PMDB-SC) comentou o fracasso das negociações da chamada Rodada de Doha, em reunião promovida pela Organização Mundial do Comércio (OMC) em Genebra, na Suíça. O senador afirmou que, apesar de as negociações sobre liberalização do comércio internacional terem começado em 2001, sem alcançar resultados satisfatórios até o momento, o Brasil não deve desanimar.

Na opinião de Maldaner, o principal impasse da Rodada de Doha se deve à negativa dos Estados Unidos e da União Européia em reduzirem os subsídios a seus produtos agrícolas e diminuírem os impostos sobre as mercadorias importadas dos países emergentes.

O senador acredita que a reivindicação dos países emergentes é justa, pois os subsídios acabam prejudicando a competitividade deles no mercado mundial. Para Maldaner, as negociações sobre o comércio internacional precisam continuar, mesmo com o fracasso da Rodada de Doha.

– Entendo que a casa não caiu, não é o final da história. É preciso que as tratativas continuem, sim. Precisamos fazer com que, como não houve o entendimento internacional, nós, do Mercosul, partamos em bloco – declarou.

O senador disse acreditar que é hora também de o Brasil reforçar as relações bilaterais com países como Índia, China e Alemanha. Para ele, o Brasil precisa "ter capacidade de articulação".

– As nossas embaixadas têm de ser preparadas para competirmos em todos os sentidos. Sobre aquilo que produzimos, sobre aquilo que precisarmos. Devemos conversar com altivez, com responsabilidade. É por aí que vamos chegar a dias melhores – avaliou o parlamentar de Santa Catarina.



Maldaner considera justas reivindicações dos emergentes

Sessão especial vai reverenciar a memória de Josué de Castro

Sessão especial para reverenciar o centenário de nascimento de Josué de Castro será realizada pelo Senado nesta quinta-feira, às 11h. Autor de inúmeras obras sobre a fome no Brasil, o médico, professor, geógrafo, escritor e político Josué Apolônio de Castro, exilado na França pelo regime militar, faleceu em Paris em 1973.

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e Cristovam Buarque (PDT-DF) requereram a sessão, com apoio de Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marco Maciel (DEM-PE), Paulo Paim (PT-RS), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Tião Viana (PT-AC).

Nascido em 5 de setembro de 1908 no Recife, Josué de Castro publicou, aos 38 anos, sua obra de maior repercussão, *Geografia da fome*, que foi traduzida para mais de 25 idiomas. O livro, editado em 1946, é referência sobre o estudo do tema e recebeu prêmios, como o Pandiá Calógenas, da Associação Brasileira de Escritores, e o José Veríssimo, da Academia Brasileira de Letras.

Josué estudou Medicina na Bahia e concluiu o curso no Rio de Janeiro. Seu pai teve que deixar Cabaceiras, no alto sertão da Paraíba, durante a grande seca de 1917, para morar com a família no Recife.

O escritor exerceu diversos cargos públicos, entre os quais o de presidente do conselho da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

(FAO) e o de deputado federal pelo PTB de Pernambuco. Em 1964, exercia o cargo de embaixador do Brasil na Organização das Nações Unidas (ONU), em Genebra, ocasião em que teve seus direitos políticos cassados pelo regime militar. Durante o período em que morou na França, criou o Centro Internacional de Desenvolvimento e voltou a lecionar Geografia Humana na Universidade de Paris. Também nesse período foi presidente da Associação Médica Internacional para o Estudo e Condições de Vida e Saúde.



Médico, geógrafo, escritor e político, Josué de Castro faria 100 anos em setembro

Semana de eventos homenageia autor de *Geografia da Fome*

O Senado também realiza nesta semana uma série de eventos para homenagear Josué de Castro. Além da exibição do documentário *Josué de Castro – Por um mundo sem fome*, da diretora Tânia Quaresma, haverá exposição com o mesmo nome.

O documentário será exibido na quarta-feira, às 19h30, no Interlegis. Em seguida, haverá um debate com Tânia Quaresma, a socióloga Anna Maria de Castro – filha do homenageado – e a presidente do Centro Josué de Castro, socióloga Tereza

Sales.

Josué de Castro fez o mapeamento do Brasil a partir de suas características alimentares, demonstrando uma situação clara de subalimentação, sofrimento e miséria no país, que ele atribuiu não a fenômenos naturais, mas a sistemas econômicos e sociais que deveriam ser transformados para o benefício da população.

O documentário sobre ele faz parte do Projeto Memória, da Fundação Banco do Brasil. O cenário principal é a Ilha de Deus, uma comunidade carente do Recife com cerca de 1,5 mil pessoas. No filme, prestam depoimentos sobre o homenageado o presidente Lula, o cantor e compositor Chico Science, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), o teólogo e escritor Frei Betto e a filha de Josué de Castro. O lançamento do documentário em circuito comercial, organizado pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), ocorrerá em 5 de setembro, no Recife, e contará com a presença do presidente Lula e de Anna Maria de Castro.

Exposição

A exposição *Josué de Castro – Por um mundo sem fome*, que será aberta no Senado na quinta-feira, foi preparada pela Fundação Banco do Brasil. A mostra é itinerante e já passou por 800 municípios. No Senado, ela será montada no Salão Branco, no Anexo I.

Arquivo Projeto Memória

Genildo Migele

Debate reúne Haddad e Cristovam

Cristovam Buarque (PDT-DF) participa na manhã de hoje do "Seminário Internacional Ética e Responsabilidade na Educação: Compromisso e Resultados", que começa às 9 h, no auditório

da TV Câmara. O evento, que contará com a participação do ministro da Educação, Fernando Haddad, tem o objetivo de discutir a elaboração de uma Lei de Responsabilidade Edu-

cional.

O seminário é promovido pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação,

a Ciência e a Cultura (Unesco) e o movimento Todos pela Educação. A Unesco será representada por Vincent Defourny, que comanda o escritório da entidade no país.

Senador cobra do presidente da República reação mais dura sobre reportagem envolvendo ministros com Farc

Alvaro: "Repúdio de Lula deveria ser mais vigoroso"

O SENADOR ALVARO Dias (PSDB-PR) cobrou da tribuna uma reação mais afirmativa e dura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a respeito do suposto envolvimento de ministros do seu governo e de membros do seu partido com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), conforme denúncia apresentada em reportagem da revista colombiana Cambio.

– O repúdio do presidente Lula

Alvaro defende trabalho normal da Casa antes do pleito

deveria ser mais vigoroso, deveria ser explicitado de forma virulenta, como um clamor brasileiro contra a violência das Farc na Colômbia. Se o presidente Lula se posicionar dessa forma, eu elimino qualquer dúvida em relação ao comportamento do seu governo. Enquanto não agir dessa forma, sinto-me no direito de ter dúvidas. O presidente da República não pode aceitar o carimbo de líder de um braço avançado dessa organização criminosa no Brasil – afirmou.

Eleições

Alvaro defendeu a manutenção da rotina de trabalho do Senado durante a campanha eleitoral nos municípios. A seu ver, não há motivos para o estabelecimento de períodos de recesso branco ou de esforço concentrado. Assinalou que apenas três senadores estão concorrendo a cargos municipais e que os demais poderiam se dedicar às eleições nos fins de semana. E destacou o trabalho de fiscalização do Executivo,

que deve ser exercido pelo Senado Federal.

O senador frisou que a Casa não pode ignorar os escândalos recentes e antigos, e elogiou a eficiência da Polícia Federal nas investigações. Afirmou que prefere defender a independência da PF apesar dos métodos utilizados, da espetacularização e dos eventuais exageros. Ele disse também que, no caso Daniel Dantas, não há como não concluir que houve uma "operação abafa" para proteger figuras ilustres, e que colocou sob suspeição a independência da PF.

Alvaro ainda lembrou o escândalo da venda da Varig e da VarigLog, em que foram constatados tráfico de influência, organização de quadrilha e enriquecimento ilícito. Classificou a operação como "nebulosa e com características visíveis de ilegalidade". Na sua avaliação, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) já deveria ter tomado providências diante da afronta à legislação que sustenta a venda das empresas.



Fotos de Geraldo Magela

Olimpíada pode ajudar democratização da China

Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou da tribuna esperança de que a Olimpíada de Pequim "possa contribuir para o processo de democratização da China e de respeito ao povo do Tibete". Ele assinalou que existe "no mundo todo um sentimento" para que o governo chinês reconheça as liberdades do povo tibetano, inclusive religiosa.

O parlamentar apresentou requerimento para que o Senado envie aos 277 atletas e à equipe técnica brasileira nos jogos olímpicos mensagem de congratulações, desejando que tenham boa sorte. Suplicy lembrou que na última Olimpíada o Brasil ficou na 18ª colocação em medalhas e espera que nesses últimos quatro anos nossos atletas tenham melhorado seu desempenho.

O Brasil tem "muita coisa a aprender" com a China, não apenas na área esportiva,

disse ele. O senador destacou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que estará em Pequim na sexta-feira, para a abertura dos jogos, terá encontros com líderes de outros países e do Comitê Olímpico Internacional, tentando convencê-los de que o Brasil pode sediar a Olimpíada de 2016.

Em aparte, João Pedro (PT-AM) opinou que "a China pode conviver com a independência do Tibete" e pediu que aquele país adote políticas severas de combate à poluição ambiental, ponderando que não se pode "comprometer a vida no planeta" por causa do crescimento econômico. Suplicy foi apoiado ainda em seu requerimento pelos

senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Cristovam Buarque (PDT-DF). Mais cedo, Azeredo havia apresentado requerimento com a mesma finalidade.

Suplicy propõe voto de congratulações aos 277 atletas brasileiros



Azeredo lamenta ausência do basquete masculino

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) lamentou em Plenário o fato de a Seleção Brasileira de Basquete masculino não ter conseguido, pela terceira vez consecutiva, classificar-se para os Jogos Olímpicos. O senador lembrou que o basquete masculino brasileiro já foi medalha de bronze em Olimpíada e campeão pan-americano, tendo participações importantes em várias competições internacionais.

Na avaliação de Azeredo, a situação do basquete masculino reflete a "verdadeira anarquia" que se observa hoje nesse setor. Ele apontou a existência de divisão das

equipes e a permanente falta de incentivo para esse esporte. Além disso, assinalou, há jogadores brasileiros atuando nos Estados Unidos que nem sequer participaram dos jogos eliminatórios.

– Isso só demonstra a falta de coordenação que existe neste momento no meio do basquete brasileiro, que faz com que jogadores renomados não participem das eliminatórias e o Brasil não consiga classificar-se – frisou.

Apesar disso, o parlamentar afirmou que nos jogos de Pequim o Brasil terá a maior equipe que já enviou a uma Olimpíada, com perspectivas

importantes de vitória em várias modalidades, como os esportes coletivos tradicionais em que o país sempre se destacou – o futebol masculino e feminino, o voleibol masculino e feminino e o basquete feminino. Azeredo citou ainda o atletismo e a natação como modalidades em que o Brasil tem registrado um bom desempenho.

– Ao mesmo tempo em que saudamos a participação brasileira, em que torcemos para que o Brasil tenha muito sucesso, lamentamos que um dos esportes mais importantes, como o basquete masculino, não esteja com a representação brasileira – disse o senador, lembrando que tentou ser jogador de basquete, tendo grande apreço pelo esporte.

"Situação da equipe reflete a verdadeira anarquia que se registra no setor", diz senador

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves Filho • Alvaro Dias • Papaléo Paes • Antônio Carlos Valadares

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo:

Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino

Arte: Cirilo Quartim e Oscar

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920



Projeto de Serys visa reduzir danos ambientais

Incentivo ao uso de plástico biodegradável

Está pronto para entrar em pauta na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) que visa conceder benefício, na cobrança do Imposto de Renda, a empresas que utilizarem insumos de plástico hidrossolúvel, que se desmancha sem deixar resíduos, ou biodegradável em seus produtos.

Pelo projeto (PLS 291/06), as empresas poderão deduzir, da apuração do lucro real e da base do cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido, até 15% do valor gasto com bens de plástico considerado "ecologicamente adequado".

Alternativa

Na justificativa da matéria, Serys argumenta que o tempo de decomposição do plástico comum é bastante alto: cerca de cem anos. No entanto, a comunidade científica já apresentou alternativas ao seu uso. Por meio da inclusão de aditivos aos polímeros plásticos tradicionais ou da utilização dos biopolímeros, pode-se conseguir o chamado plástico biodegradável, explica a senadora.

Mesmo com essa alternativa disponível no mercado, afirma Serys, poucas são as empresas socialmente responsáveis que adotam esses plásticos ecológicos. Assim, o projeto pretende incentivar sua utilização, visando reduzir os danos ao meio ambiente com a reversão no ritmo de acúmulo de plásticos tradicionais na natureza.

A proposta, que será analisada na CAE em decisão terminativa, tem parecer favorável do relator, Gilberto Goellner (DEM-MT), com emendas.

Com emendas de senadores, o projeto volta a ser analisado na Câmara, onde teve origem. A proposta, segundo o senador mineiro, se espelha em acordo internacional incentivado pela ONU

Azeredo quer aprovar projeto sobre crimes cibernéticos

O SENADOR EDUARDO Azeredo (PSDB-MG) defendeu em Plenário, ontem, o projeto de lei aprovado pelo Senado no último dia 9 de julho que tipifica os crimes cibernéticos, cometidos por meio da internet. A proposta teve origem na Câmara dos Deputados e, como sofreu modificações no Senado, retorna àquela Casa para ser analisada novamente. O senador disse que o projeto busca dar mais segurança ao "bom usuário" de computador e cercar atividades criminosas como a pedofilia.

Azeredo lembrou que a proposta é fruto de um acordo internacional incentivado pela Organização das Nações Unidas (ONU), a Convenção de Budapeste, gestada na União Europeia e com adesão dos Estados Unidos, Austrália e África do Sul.

Ele também assinalou que a matéria foi amplamente debatida nas duas Casas do Congresso Nacional. Na avaliação de Azeredo, o Brasil deu um passo significativo ao aderir à convenção.

O senador salientou que o projeto ataca crimes que têm crescido mais rapidamente que a própria tecnologia da informática. Para isso, o texto modifica cinco leis brasileiras e tipifica 13 delitos, entre eles a difusão de



Eduardo Azeredo alerta que os crimes pela internet têm crescido mais que a própria tecnologia da informática

vírus, a guarda de material com pornografia infantil, roubo de senhas, estelionato eletrônico, clonagem de cartões e celulares e racismo praticado por meio da internet. Azeredo afirmou que não vê problema no fato de a CPI da Pedofilia também ter apresentado projeto tratando do mesmo assunto.

– O Estatuto da Criança e do Adolescente já trata bem da pedofilia e da pornografia infantil. Faltava,

entretanto, a questão ligada à posse de material pornográfico. Esse ponto foi introduzido e aprovado neste projeto. Depois veio a proposta da CPI da Pedofilia, que teve início aqui no Senado. São duas vertentes. Não há problema nenhum em caminharmos nessas duas alternativas. O que for aprovado primeiro, ótimo para o país, para a juventude e para as crianças brasileiras – esclareceu.

O senador também refutou as críticas ao projeto e classificou as iniciativas contrárias à aprovação da matéria como "interpretações fruto de paranóia". Ele observou que a questão de transferência de músicas via internet já é tratada pela lei de pirataria e não pelo projeto que agora tramita na Câmara.

– O assunto é novo, polêmico, mas não dá para ficar com essa imaginação fértil e informações falsas. É fácil colocar uma interpretação equivocada na internet e levar as pessoas de roldão. Só há crime quando há dolo. O problema é de quem usa a internet para fins criminosos. Será que as pessoas que são contra a lei querem que se continue o roubo de senhas e de obras alheias? – questionou.

João Pedro: faltam energia e telefone no Amazonas

Depois de ter passado o recesso viajando por 13 municípios do Amazonas, o senador João Pedro (PT-AM) pediu da tribuna que a companhia telefônica Oi encontrasse uma forma de restabelecer as linhas de telefone da cidade de Santo Antônio do Itá, em pane há 15 dias. De acordo com ele, sem os telefones, 28 mil habitantes "estão totalmente isolados do mundo".

Entre os problemas que verificou em seu estado, durante a viagem, o senador apontou ainda a falta de um campo de pouso para aviões na cidade de Jutai, onde só se chega de barco. Ele frisou que é preciso melhorar o sistema de transporte fluvial na região e investir em embarcações.

João Pedro também manifestou preocupação com a gestão da energia elétrica no Amazonas, hoje concentrada nas mãos de técnicos que ficam no Rio de Janeiro.

– Está faltando energia elétrica em alguns municípios. O óleo diesel que movimenta geradores demora até 15 dias para chegar, em balsas. O governo tem de ver melhor essa situação – afirmou.

O senador apontou a necessidade de maior presença do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no interior do estado. Informou que terá um encontro com o presidente do instituto para tratar do assunto e registrou sua participação, em Manaus, em seminário internacional sobre mudança climática e desenvolvimento sustentável.



João Pedro visitou 13 municípios durante recesso

Geovani Borges debate questão social na pirataria

O senador Geovani Borges (PMDB-AP) disse ontem em Plenário que os vendedores de CDs e DVDs piratas não devem ser criminalizados antes que os "verdadeiros responsáveis" pela pirataria sejam presos. Na opinião do parlamentar, esses ambulantes só operam nessa atividade por falta de outra fonte de renda.

O senador lembrou a decisão proferida, em maio deste ano, pelo juiz Narciso Alvarenga Monteiro de Castro, da 8ª Vara Criminal de Belo Horizonte, que absolveu um ambulante vendedor de CDs e DVDs. Segundo Geovani Borges, a decisão daquele magistrado gerou polêmica em outros estados brasileiros, uma vez que teria criado jurisprudência no julgamento de crimes de violação dos direitos autorais.

Geovani contou a história do pedreiro Adailton Pontes, 32 anos, procedente do Maranhão. Em maio de 2004, desembarcou em Macapá, "depois de cinco dias de estrada, fome e muitos sonhos". Chegando à capital amapaense, empregou-se na construção civil, mas o salário muito baixo levou-o a abandonar aquela atividade e enveredar pelo mercado informal.

– O nosso personagem maranhense, acolhido pelo Amapá, está lá, de bar em bar, de restaurante em restaurante, vendendo sua pirataria e garantindo o pão de cada dia de seus rebentos. Está ele errado? Pela formalidade da lei, sim, mas, pela lei da sobrevivência, senhores, ele estaria tão errado assim? Não tem jeito. É preciso, sim, tratar de forma desigual aquilo que igual não é – disse Geovani Borges.



Geovani: mais rigor para os responsáveis pela pirataria



Agripino: alta dos preços já preocupa a população

Inflação está de volta, diz Agripino

A inflação está de volta e começa a preocupar a população, afirmou José Agripino (DEM-RN). O senador assinalou que, embora não esteja fora de controle, a inflação está subindo.

O senador reconheceu que a inflação verificada atualmente não é "desesperadora como a do passado", que diminuía o poder aquisitivo da população diariamente. No entanto, mesmo assim, observou, a alta dos preços é preocupante, pois já levou o governo a lançar mão de "remédios" como a elevação da taxa básica de juros.

Esse aumento dos juros, frisou, impacta a dívida pública e aumenta as despesas do governo federal, que acaba por diminuir os necessários investimentos em infra-estrutura, como portos e rodovias.

PPPs

Na opinião de Agripino, o cenário poderia ser bem melhor se a reforma tributária já tivesse sido aprovada e se as parcerias público-privadas (PPPs) tivessem saído do papel.

O senador lembrou que o projeto das PPPs foi aprovado em 2003 pelo Congresso Nacional mas, até agora, nenhuma parceria ou projeto foi realizado pelo governo federal.

– A reforma tributária, que seria a solução, cortando o mal pela raiz, e as parcerias público-privadas não passam de intenções e não passam de peças que me cheiram à demagogia do governo – criticou.

Agripino relatou ter percorrido as ruas de Natal nos últimos dias, quando constatou que os potiguares já estão reclamando da alta dos preços.



Proposta de Osmar obriga divulgação mensal de relatório na imprensa oficial

Osmar quer divulgação de dados sobre pedágio em rodovias

O senador Osmar Dias (PDT-PR) pediu a aprovação de projeto de sua autoria, já votado pelos deputados, que exige a publicação de informações das concessionárias que exploram pedágios de rodovias no país. Com isso, ele acredita que acabará "o debate interminável" a respeito de o pedágio estar caro ou não. Os dados terão de ser publicados mensalmente na imprensa oficial do estado e entregues a qualquer cidadão que

vier a solicitá-los.

O projeto foi aprovado recentemente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, que concorreu com uma emenda apresentada pelos deputados, os quais decidiram incluir as companhias telefônicas entre as concessionárias que devem divulgar informações sobre faturamento, investimento e outros gastos.

– No Paraná, o governo prometeu nas duas campanhas eleitorais acabar com o pedágio das rodovias. Já caminhamos para a metade do segundo governo e nada aconteceu. Existem mais de 30 ações na Justiça contra o pedágio, mas eu, como

quase todo mundo, não acredito mais em fim de pedágio. Por isso, o meu projeto será o início da solução para a discussão sobre os valores dos pedágios – afirmou o senador.

Osmar Dias lembrou que foi favorável à concessão de rodovias para exploração por empresas privadas, desde que façam boa manutenção e novos investimentos. Ele entende que o Estado brasileiro não tem condições de manter, melhorar e construir rodovias. De acordo com o parlamentar, o caminho agora é fiscalizar as contas das concessionárias para ver se elas estão ou não exagerando nas cobranças de pedágio.

Paim pede votação rápida de reajuste de aposentadorias

Senador defende mobilização nacional para pressionar a Câmara a favor de projeto de sua autoria que recompõe valor em salários mínimos de benefícios da Previdência

UMA MOBILIZAÇÃO NACIONAL para pressionar a Câmara a votar o projeto que recompõe as aposentadorias e pensões ao valor que tinham em salários mínimos na ocasião em que foram concedidas foi defendida por Paulo Paim (PT-RS).

O senador disse que, em recentes contatos que fez em dezenas de cidades do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro e da Bahia, sentiu "o clamor das ruas e o desespero por parte dos aposentados e pensionistas" a favor da aprovação do PLS 58/03.

– Eles exigem que o Congresso se manifeste. É um desespero, com a inflação em alta e os preços dos remédios decolando. Todos

sabem que os alimentos também sofreram uma alta que não se esperava, e isto está repercutindo diretamente no aposentado e no pensionista – afirmou.

Paim frisou que o contato com o povo o convenceu de que é preciso fazer uma "cruzada em nível nacional" em prol da aprovação da matéria e também do PLS 296/03, que modifica o cálculo dos benefícios da Previdência Social extinguindo o fator previdenciário, ambos de sua



Paim: discurso de Lula incentivando metalúrgicos a pressionar empresários deve entusiasmar aposentados

autoridade. O senador interpretou como um incentivo à luta dos beneficiários da Previdência o recente discurso do presidente Lula aos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, durante o qual enfatizou a importância de os trabalhadores pressionarem os empresários a darem reajuste para a categoria.

– Ora, é mais do que justo que os aposentados também se sintam entusiasmados com esse pronunciamento do meu queri-

do presidente para que façam a pressão devida. Eu entendo que o presidente até mandou um recado para que haja uma pressão naqueles que têm o poder de resolver, quer seja o empresariado em relação ao reajuste dos assalariados, quer seja sobre os deputados federais – observou.

Paim disse entender que o momento eleitoral é propício para a pressão, e que esta deve ser feita "taco a taco" e "olho no olho".

Seguro Aerus

Também foi defendida pelo senador a necessidade de se fazerem valer os direitos dos segurados do Instituto Aerus de Seguridade Social, vinculado à Varig. Eles têm a receber algo em torno de R\$ 3,5 bilhões. A questão será julgada no Supremo Tribunal Federal (STF).

Paim ainda elogiou o trabalho dos senadores pelo Rio Grande do Sul em razão do empréstimo que o estado fez junto ao Banco Mundial, no valor de US\$ 1,1 bilhão. A operação, autorizada pelo Senado, foi aprovada pelo conselho do banco na última quinta-feira.

Compensação para município que tenha grande área de reserva

O governo deveria, na opinião de Papaléo Paes (PSDB-AP), elaborar um projeto para criar salvaguardas ou compensações aos municípios e estados que têm parte considerável de seu território ocupada por reservas indígenas ou áreas de preservação ambiental.

– Tanto a criação de reservas indígenas quanto a preservação ambiental têm um custo, que é imposto à população das regiões onde essas preservações devem ocorrer fisicamente. Elas passam a sofrer restrições à sua atividade econômica, o que diminui a possibilidade de prosperidade tanto individual quanto coletiva, tanto do trabalhador como do empresário e também do município – argumentou.

Só o Amapá, explicou, tem 58% de seu território destinado a reservas, e, na visão de Papaléo, deveria receber uma contrapartida, a exemplo de municípios que têm áreas alagadas para a construção de barragens e são financeiramente compensados pela União.

Papaléo citou várias propostas nesse sentido, como o anteprojeto de lei encaminhado à Casa Civil – aprovado no 6º Encontro do Parlamento Amazônico, ocorrido em abril. A proposição altera a Lei 5.172/66, que dispõe sobre o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), para salvaguardar os municípios com recursos proporcionais às re-



Papaléo argumenta que atividade econômica sofre restrições em várias cidades do Amapá

servas indígenas ou florestais. Esses recursos seriam calculados por meio de um censo anual das áreas protegidas.

O senador também é autor de duas propostas sobre temas relacionados: o PLS 319/05, que destina integralmente ao Fundo Nacional do Meio Ambiente os valores arrecadados em pagamento de multa ambiental; e o PLS 320/05, que torna prioritária a aplicação dos recursos em projetos de regiões menos desenvolvidas do país que tenham parte significativa de seus territórios dentro dos limites dos parques nacionais. Papaléo mencionou ainda proposição defendida pelo governador de Rondônia, Ivo Cassol, de uma Contribuição Social Sustentável, nos moldes do tributo para financiamento da saúde. Os recursos compensariam o pequeno proprietário que protege a floresta.

Nos 60 anos da SBPC, Maciel cobra mais incentivo à pesquisa

Marco Maciel (DEM-PE) homenageou ontem a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) pelo transcurso dos 60 anos de fundação. Ele disse que o objetivo da entidade, criada em meados de 1948, é "lutar pelo progresso e pela defesa da ciência" no país.

O senador comentou artigo do atual presidente da SBPC, Marco Antonio Raupp, em que este lembra a primeira reunião da instituição, em outubro de 1949, na cidade de Campinas (SP), da qual participaram pouco mais de cem pessoas. Já a 60ª reunião anual da SBPC, ocorrida em julho deste ano, também em Campinas, contou com 10 mil participantes.

Maciel aproveitou para afirmar que o Brasil tem de incentivar mais a pesquisa científica em todas as áreas, pois dessa maneira, em sua opinião, o país poderá propiciar melhores condições de vida aos brasileiros.

– Ciência, tecnologia e inovação são insumos vitais para uma correta opção de desenvolvimento. É também importante que os governos se motivem mais para essa variável científica e tecnológica, que tem muito a ver com a melhoria do conhecimento e dos saberes em diferentes áreas, sobretudo aquelas consideradas estratégicas para o país – observou.

Atualmente, segundo Marco Maciel, os

investimentos brasileiros em pesquisas estão em torno de 1% do produto interno bruto (PIB), abaixo do nível de países como a Coreia do Sul e o Chile. Para o senador, o Brasil precisa desenvolver um esforço em prol da ciência e tecnologia, esforço esse que deve envolver não só as universidades e as instituições de pesquisa, mas também os governos e as empresas públicas e privadas.



Maciel: ciência, tecnologia e inovação são vitais para o desenvolvimento